



Aquiles Marreiros,
Município de Albufeira ~ aquiles.marreiros@cm-albufeira.pt

O Papel de Albufeira na Região Urbana Policêntrica do Algarve

Governança, Policentrismo e Regeneração Urbana

Na senda das orientações emanadas das políticas e dos documentos de nível superior, nacionais e europeus, nomeadamente do PNPOT e do EDEC, o processo de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, adiante PROTAL, reconheceu o potencial policêntrico do sistema urbano algarvio. O plano assumiu-se como o ponto de viragem em relação à visão bipolar, tendente a polinucleada, que caracterizava a região algarvia. Apesar de nesse instrumento de gestão territorial se promulgar o conceito de policentrismo, as medidas, propostas e decisões tomadas para a sua implementação acabaram por contradizer os pressupostos, parâmetros e pilares que sustentariam um sistema urbano assente nesse conceito. Tal facto dificulta o alcance dos objectivos consagrados no plano, nomeadamente no contributo que poderiam deter na mobilização de ganhos de competitividade e desenvolvimento regional conjunto e em rede. Observemos a forma como esta revisão majorou o papel e funções de alguns centros urbanos e ao mesmo tempo menosprezou outros, como Albufeira, cuja dinâmica e participação activa elevaria o potencial de afirmação da região em contextos e escalas superiores.

1. Revisão do PROT Algarve

A Revisão do PROT Algarve aprovado em 1991 foi determinada pela RCM n.º 126/2001, de 14 de Agosto. Nesta estabeleceram-se 12 objectivos estratégicos que visavam a formulação de uma visão de futuro para a Região do Algarve, do suporte jurídico das opções estratégicas de base territorial a tomar e das normas orientadoras a desenvolver na Proposta de Plano e respectivo Modelo Territorial. Destes objectivos realçavam-se as preocupações com a qualificação territorial e com o desenvolvimento sustentável; com a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais, em particular nas redes de acessibilidades e transportes; com a

promoção da diversidade territorial; com a articulação das diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência espacial; com o correcto enquadramento da actividade turística enquanto factor catalisador do desenvolvimento regional, associado à revitalização de outros sectores e consequente diversificação da base económica regional.

Os objectivos mencionados pretendiam contrariar a forte pressão urbanística motivada pela massificação da actividade turística, que havia já imposto a necessidade do plano regional no final da década de 80. No entanto este Plano acabou por não surtir os efeitos desejados, “mantendo-se a pressão, intensificando-se e alastrando-se para o interior, Barrocal e encostas da Serra” (Simões, 2003). Neste quadro, o desafio da revisão mostrava-se ambicioso e premente, sobretudo quando o estudo de avaliação do PROT de 1991 (CCR Algarve, 2000) havia sinalizado como factor perturbador a existência de extensas zonas de povoamento desordenado em áreas agrícolas e de protecção de aquíferos.

Quanto ao sistema urbano regional, e num confronto entre o modelo proposto e a situação registada nessa data, o estudo teceu quatro conclusões: a ineficácia do modelo que não contou com os centros turísticos, com mais de 1000 habitantes, que necessariamente se afirmariam e reforçariam funcionalmente, sendo irreversível a sua integração na dinâmica do sistema urbano regional; o desfasamento das dinâmicas demográficas entre as projecções do PROTAL e a realidade observada, que subvalorizou por exemplo, Albufeira, Almancil e Monchique e sobrevalorizou Vila Real de Santo António; as lacunas no apetrechamento e qualificação dos centros urbanos, nomeadamente na dotação de equipamentos e sua prioridade face aos desígnios do Plano e, por último, a própria hierarquização do sistema urbano onde foram tomadas opções, aparentemente contrárias ao que a realidade demonstrou, por exemplo no favorecimento de Loulé e na minimização de Silves, enquanto pólo de articulação entre o litoral e interior.

Na mesma linha de raciocínio, Guerreiro (2002) referenciou as principais tendências do PROTAL dos anos 90, traduzidas num modelo de desenvolvimento confuso e irrealista; num modelo urbano complexo e ultrapassado; em espaços canais insuficientemente definidos; num espaço director da localização das actividades económicas pouco concretizado e na contenção moderada da expansão das áreas urbanas. Todas motivaram a perpetuação de erros graves, que este plano não conseguiu corrigir ou apaziguar. Pelo contrário, motivou uma infinidade de situações de conflito de opinião e interesses: nacional/local, regional/local e, mesmo, local/local conforme referiu Simões (2003).

A proximidade dos centros urbanos, a concentração demográfica, o aumento da fluidez que o modo rodoviário actualmente proporciona, a expectativa que se aguarda do papel que o modo ferroviário poderá desempenhar dentro de poucos anos, a oferta qualificada e diversificada de serviços, apontam para que o litoral esteja próximo do quadro de uma grande área urbana, associando neste caso, pelo menos os seus nove concelhos (Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António) e acolhendo um limiar de população que se aproxima das cidades médias europeias – o que obrigaria a encontrar uma articulação de funções supra-municipais adequada a um quadro policêntrico coerente, tendo sido esta a matriz sugerida por Guerreiro (2002) para a delineação de uma estratégia e de um modelo territorial para o processo de Revisão do PROT Algarve. O autor destacava a proposição de um modelo urbano policêntrico, qualificando a mancha urbana do litoral e dinamizando os pequenos centros do interior que organizam as áreas de baixa densidade. Simultaneamente levantava a necessidade de encontrar soluções que adequassem a dimensão do espaço urbano às necessidades colectivas e à capacidade de gestão, evitando o aparecimento de núcleos urbanos fantasmas, sem equipamentos e com poucas infra-estruturas, responsáveis por muitas das disfunções territoriais presentes no Algarve.

critica-se a excessiva orientação prepositiva e incidência em torno das duas principais aglomerações Faro e Portimão, abordagem pouco conducente à pretendida coesão territorial e à prática de uma visão policêntrica.

Para Brito (2009) a revisão do PROTAL enferma de quatro fraquezas estruturais: i) a instabilidade governativa e na administração que durante cinco anos conduziu a uma deriva tecnocrática; ii) o vazio de intervenção política ao nível do governo, que a administração e a equipa técnica ocuparam; iii) a “miopia de marketing”, ao ser recusada a colaboração científica na realização de avaliações, independentes, do PROT de 1991 e acções de benchmarking com áreas turísticas concorrentes e aspiracionais e iv) os dois anos de governo de maioria absoluta que não alteraram o quadro anterior, com todos os seus vícios e *modus faciendi*.

Se 1991 o lema era conservar e desenvolver, na revisão de 2007 o lema passou a ser restringir para qualificar, dada a proliferação de normas e condições que inibem o desenvolvimento regional e que duvidamos o venham a qualificar. Se a estes factos aliarmos a ausência de uma análise séria e ponderada de aferição das consequências que a aplicação deste plano poderá ter na região, estão reunidas as condições para o fracasso e perpetuação, mais uma vez, dos desequilíbrios territoriais, que tenderão a agravar-se e a gerar conflitos intra-regionais evidentes.

Os princípios de organização em rede são essenciais na definição de critérios de implantação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio às actividades económicas, numa óptica de qualificação e valorização de especializações preexistentes. É assim preocupante a forma como o PROTAL optou por não atender aos reais dinamismos regionais, por não estruturar as medidas pró-activas capazes de regular e ordenar propositiva e positivamente o conjunto do território regional.

Confrontando os objectivos estratégicos do PROTAL, materializados num conjunto de propostas pouco conducente a um modelo de organização territorial policêntrica, conclui-se que este, da forma como foi delineado, não serve a região, pois quebra mais elos do que estabelece, promove desigualdades mais do que franqueia oportunidades, desintegra territórios mais do que facilita o seu diálogo, complica e inibe mais do que entusiasma para uma construção colectiva do futuro.

Enquanto documento estratégico o PROTAL constrói, no seu seio, uma contradição insanável: propõe-se ser o agente da passagem da polinucleação ao policentrismo mas, na prática, e pelas propostas e investimento, diminui o papel de Albufeira. Como tal destrói o equilíbrio dimensional, as distâncias locativas, e sobretudo a conectividade potencial que deveria ser promovida para alcançar o desiderato inicial. Não se pode deixar de pensar que tamanho desacerto de propósitos se tenha constituído por influências estranhas à análise e síntese técnicas. As cedências que este tipo de organizações implica sofreram pela ausência de estratégias activas de complementaridade funcional, pela falta de cooperação institucional e sobretudo pela mentalidade fratricida das elites e *key persons* regionais.

2. Albufeira e o PROT Algarve

Como vimos, no modelo territorial proposto na revisão do PROTAL, Albufeira possui um lugar discreto, inoperante e irrelevante, em tudo contraditório com aquilo que os relatórios de caracterização e diagnóstico demonstraram e com aquilo que efectivamente representa desde há anos no Algarve e particularmente na sua estrutura económico-productiva. Numa leitura atenta de todas as peças que compõem o processo de revisão, nomeadamente os relatórios de

caracterização e diagnóstico, facilmente se reconhece Albufeira, que surge destacada em diversos indicadores demográficos e económicos e, sectorialmente, ao nível da actividade turística, que lidera. O turismo é apenas o motor da economia regional! Na proposta final de plano, o concelho de Albufeira foi subestimado em todas as suas potencialidades, até naquelas em que é, indiscutivelmente, o seu principal representante, fazendo-se tábua rasa do território regional.

Ignorou-se o estudo de avaliação do PROTAL e as suas conclusões, nomeadamente o reconhecimento de que, já em 1991 se havia subestimado este concelho que, apesar de todos os constrangimentos e opções tomadas pelo Plano, se afirmou, ocupando um lugar destacado na hierarquia de lugares em função da população residente, onde cimentou a quinta posição, claramente acima do nono lugar previsto. Obviamente tal ocorrência fez-se acompanhar dum vazio propositivo adequado à posição preconizada pelo plano de 1991 para Albufeira, fragilizando o seu perfil funcional na região e inibindo até, a sua inegável centralidade locativa e importância económica e estratégica enquanto pólo de atracção turística.

Nem sempre, durante o processo de revisão do PROTAL, compreendido entre 2001 (RCM n.º 126/2001, de 14 de Agosto) e 2007 (RCM n.º 102/2007, de 3 de Agosto), esse posicionamento foi reiterado. Aliás, em fases anteriores, fruto de uma avaliação, quanto a nós, mais correcta, que alimentava o espírito, os objectivos e a “verdade” do plano, Albufeira assumia o protagonismo regional devido, conducente com a posição que inquestionavelmente detém hoje em dia, amplamente justificado pelas várias versões dos relatórios de caracterização desenvolvidas pela equipa do PROTAL, mas cujas conclusões foram simplesmente negligenciadas ou tendencialmente interpretadas ao sabor de algo que, seguramente, é inverso aos desígnios do policentrismo, da competitividade, do desenvolvimento regional e, estranhamente, da própria realidade. Consta-se claramente que o papel e importância regional de Albufeira diminuíram à medida que se propagandeava a consolidação de um modelo policêntrico.

Vejamos, em 2005 (Março) defendia-se que de “um modelo territorial polarizado caminhava-se progressivamente para um modelo polinucleado e policêntrico, importando apostar numa rede em que as especializações funcionais de cada centro se traduzissem em complementaridades na rede urbana regional, por sua vez integrada nas redes nacional, ibérica e europeia. Defendia-se também que o conjunto da “constelação” se comportasse com harmonia e coerência e que, de futuro, o desafio central estaria na transformação de uma rede urbana fragmentada e formada por justaposição de aglomerados urbanos “incompletos”, numa rede urbana coerente e competitiva, capaz de dinamizar o robustecimento da economia e o reforço da projecção internacional do Algarve. Neste sentido propôs-se a estruturação da rede urbana num sistema que se pretendia policêntrico, assegurando um elevado nível de competitividade, fortes relações de complementaridade e uma boa inserção nas redes urbanas nacional e europeia. A diferença entre uma e outra forma de estruturação residia precisamente na ideia da complementaridade e interacção entre áreas urbanas distintas, de modo a que se gerassem sinergias qualificantes e de reforço da competitividade do conjunto, abordagem que genericamente nos parecia correcta e durante algum tempo, embora no campo das cenarizações, prosperou.

Na mesma versão, visão esboçada para o ano 2030, a tradução prática do policentrismo concretizava-se com três grandes aglomerações: Faro com Loulé, Olhão, Almancil, Quarteira e São Brás de Alportel; Portimão com Lagos, Lagoa e Silves e Albufeira com a Guia. Num raio de 20 km as três aglomerações atingiriam, respectivamente, 200 mil, 130 mil e 70 mil residentes. Segundo a mesma visão, Albufeira/Guia constituiria um pólo charneira entre as duas outras aglomerações, mostrando-se as três, no conjunto, estratégicas para a consolidação de um sistema urbano coerente e competitivo. Nesta visão, a estruturação urbana do Algarve

completava-se com Tavira e Vila Real de Santo António/Castro Marim, com vista à promoção de iniciativas de cooperação transfronteiriça.

Defendia-se que se deveria concentrar nas três aglomerações referidas os esforços das políticas territoriais, nomeadamente na criação de um quadro supra municipal/intermunicipal de planeamento estratégico dos espaços conjuntos da aglomeração; no reforço da cooperação intermunicipal para o desenvolvimento, num quadro de especialização e complementaridade territorial, de grandes equipamentos urbanos e de projectos estruturantes de qualificação e dando prioridade à estruturação das condições de mobilidade e acessibilidade urbana.

Alguns meses mais tarde (Dezembro) iniciou-se o processo de retracção e saneamento de Albufeira no quadro territorial regional. Nesta data, mantendo as premissas anteriores, o modelo policêntrico passava a consolidar-se com duas grandes aglomerações, centradas em Faro e Portimão e as suas áreas conexas. No entanto afirmava-se ainda que na parte central da região, em articulação com essas aglomerações emergiria um espaço urbano (eixo Albufeira/Guia) que poderia atingir os 70 mil residentes, completando-se o sistema urbano com o pólo transfronteiriço sediado em Vila Real de Santo António. Na verdade esta perda de posicionamento incompatibilizava-se agora com as áreas de actuação prioritária que Albufeira integrava na anterior versão.

Finalmente, a partir de 2006 (Julho) e até à conclusão dos trabalhos, imperou uma nova abordagem na estruturação do sistema urbano algarvio, consubstanciada em aglomerações urbanas e eixos de articulação urbana. Nas primeiras, mantiveram-se as aglomerações centradas em Faro e Portimão emergindo uma terceira aglomeração, anteriormente secundária, liderada por Vila Real de Santo António, com eventuais ligações a Tavira. Entre os eixos de articulação, encontravam-se então o eixo Albufeira/Guia que estabelecia a articulação entre as aglomerações de Faro e do Barlavento, e da região com o resto do país, assim como outros eixos com acção e efeitos mais localizados - Silves/Loulé/São Brás de Alportel; Aljezur/Vila do Bispo/Lagos e o eixo transversal serrano, compreendido entre Alcoutim e Aljezur.

Em pouco mais de um ano, a proposta de plano gorou toda e qualquer expectativa fundada para o território de Albufeira, pelo seu crescente desprezo e abandono ao nível estratégico e funcional. Caminhou-se de uma grande aglomeração para um espaço/eixo urbano e posteriormente para um eixo de articulação, sem que em qualquer das situações se registasse o devido esforço de concretização de políticas, medidas e/ou investimentos, que pudessem relevar o posicionamento para que Albufeira havia sido relegada.

Enquanto pólo charneira de articulação entre os dois locais onde foi concentrada a maioria dos investimentos previstos, Albufeira reclama, enquanto centro sub-regional com importante conectividade entre Faro e Portimão, e da região com o resto do país, o papel que permita a consecução duma rede urbana competitiva e mais equilibrada, em que seja evidenciada a sua função distribuidora dos fluxos quer dos movimentos pendulares casa trabalho/escola, quer dos visitantes/turistas, de bens, de serviços e duma logística avançada, eficiente, eficaz e racional. No entanto, foi reduzida a um “eixo” urbano, sem mesmo daí se tirarem as devidas consequências em termos do apetrechamento do mesmo, com vista aos fins especificados.

3. Que Papel para Albufeira

Face ao posicionamento evidenciado e proposto para Albufeira na Revisão do PROT Algarve levantaram-se um conjunto de críticas que se traduzem nos seguintes aspectos:

- Pressupostos e objectivos policêntricos aparentemente favoráveis ao desenvolvimento da região, mas com instrumentos, modelos, acções e programação que não os promovem e até os contrariam, resultando claramente num modelo errático e contraditório;
- Irrracionalidade ao subtrair a dinâmica da actividade turística do sistema territorial regional;
- Ausência de visão estratégica adequada à potenciação da dinâmica pré-existente;
- Subaproveitamento das funções e dinâmicas presentes e já instaladas;
- Negligência dos pólos de crescimento turístico, dos quais Albufeira é representante e expoente máximo;
- Irrelevância do papel atribuído a Albufeira no contexto regional;
- Subestimação do papel polarizador de Albufeira e sua bacia de emprego.

Partindo do pressuposto que a visão policêntrica serve o Algarve e cumpre os seus desígnios de competitividade e desenvolvimento, desperdiçar as potencialidades evidenciadas por Albufeira será um erro que certamente toda a região pagará. Os últimos anos têm sido marcados pela perda sucessiva de oportunidades. Ao não terem sido aproveitadas ou as fortalecem, (evidenciando a sua premente sub utilização) ou as relegam definitivamente para o lote das oportunidades perdidas.

As potencialidades de Albufeira traduzem-se genericamente em quatro frentes que se cruzam e interagem entre elas. A primeira abarca conjuntamente os potenciais da centralidade e acessibilidade, a segunda os potenciais económico/empresarial e de emprego, a terceira o potencial turístico e por fim o potencial demográfico.

Para cada uma delas há um conjunto de medidas e projectos que ajudarão a concretizá-las e firmá-las no contexto regional em prol da concretização dos objectivos preconizados pelo PROT Algarve, nomeadamente a constituição duma região urbana policêntrica que, como vimos, lhe será vantajosa do ponto de vista organizacional, competitivo e funcional.

No contexto regional a centralidade de Albufeira é inequívoca, não só pela localização privilegiada que actualmente detém, como pelas boas acessibilidades a qualquer um dos sub-sistemas urbanos de Faro e de Portimão. As funções de articulação entre estes e de ligação a Lisboa tornam-na estruturante ao nível da região e posicionam-na enquanto rótula estratégica de distribuição do tráfego regional.

A conectividade em Albufeira é uma constante histórica, que advém da sua centralidade, factor imutável e irremovível para quem pensa, planeia e decide sobre o território. Tal facto realça uma clara tensão regional que pode traduzir-se na oposição capitalidade vs centralidade, que a partir de 1973, ano em que se completou o actual IC1, transformou a, até então, excêntrica Albufeira no pólo mais central e acessível da região, em detrimento de Faro. Ora a constatação desta divergência carece de uma certa sensibilidade nas opções que sobre os espaços urbanos são tomadas. A imutabilidade do factor centralidade, aliado às condições naturais propiciadoras e reforçadoras da mesma, apenas podem ser contrariadas pelos esforços de abafamento regional e de majoração de acções políticas e financiamentos direccionados para outros locais. Apesar disso, mesmo sem um quadro de planeamento facilitador, Albufeira empreendeu uma caminhada vencedora no contexto regional, verificada ao longo dos anos, numa escalada bem sucedida ao nível do desenvolvimento local, crescentemente sustentado e em crescente afirmação regional, pautado por dinamismos assinaláveis em termos demográficos, económicos e na geração de emprego.

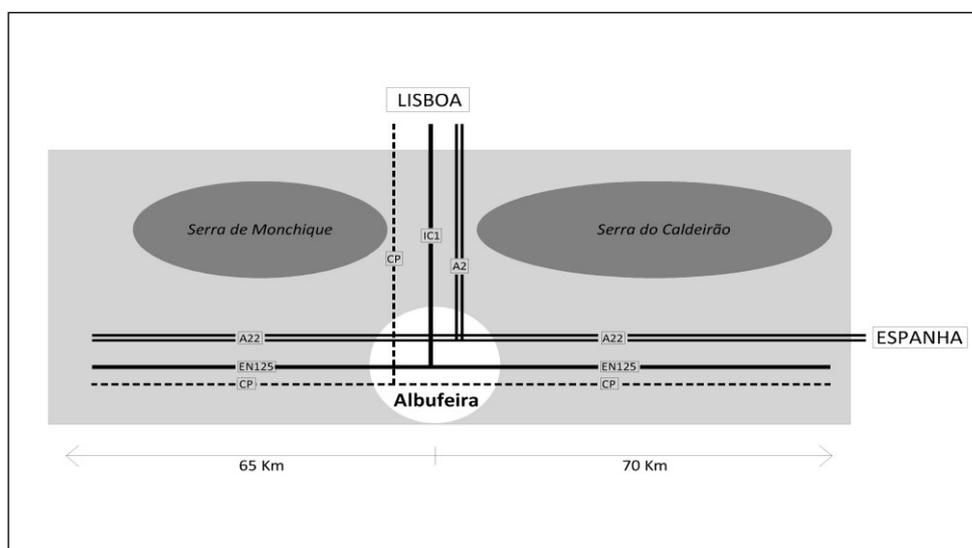


Ilustração 2 - Centralidade e acessibilidades de Albufeira

Deste modo considera-se fundamental reforçar o papel de Albufeira enquanto centro chave essencial no traçado do modelo urbano regional, caracterizado por uma especialização territorial assente no turismo, mas também com potencialidades derivadas da sua localização, passíveis de constituir uma plataforma estratégica de articulação da e na região, pela capacidade de afirmação que possui, com uma base económica sólida e com um dinamismo endógeno que é susceptível de gerar externalidades positivas para os centros urbanos envolventes, inclusive Faro e Portimão. As complementaridades horizontais são cada vez mais uma via de consolidação do desenvolvimento regional, devendo Albufeira assumir o seu papel com determinação e empenho.

Neste contexto Albufeira pretende assumir-se cada vez mais como centro de mobilidades e de acessibilidades, tornando-se fundamental re-centrar o transporte ferroviário na sua estratégia de desenvolvimento e de sustentabilidade. Conseguir mobilizar esforços no sentido de concretizar nas Ferreiras um interface rodo-ferroviário de dimensão regional, responsável pelo escoamento e distribuição de passageiros da e na região, é um objectivo estratégico que se traduz na proposição do Intermodal regional das Ferreiras. Este, vocacionado para o tráfego de passageiros, mas também de mercadorias, consolidaria a importância do modo ferroviário para o ordenamento do território regional, cujo abandono, desde logo no antepiano de Dodi em 1966, foi um erro crasso que comprometeu o desenvolvimento e a conectividade intra-regional, conforme sinalizou Gaspar num encontro realizado em Faro sobre ordenamento do território (13 de Julho, 2010).

Em termos económicos pretende-se enquadrar, no território, o conjunto das actividades consideradas mais aptas e estratégicas e desincentivar as menos interessantes num quadro de desenvolvimento local sustentado. Na figura seguinte esquematiza-se os sectores que naturalmente devem configurar a estrutura económica concelhia. É inevitável, e seria absurdo, não contar com as actividades turísticas que a devem basear. Contudo é possível enveredar por uma escalada de qualificação das unidades, dos produtos, dos serviços e cumulativamente do destino, que possa contribuir para mudar a sua imagem massificada, eventualmente desgastada junto de alguns mercados. Associado a estas actividades, alia-se um quadro de serviços de retaguarda, que Albufeira deverá estruturar de forma equilibrada, sendo essencial prever o

respectivo alcance territorial, sobretudo da faixa compreendida entre a Guia e Ferreiras, que actualmente o sustenta.



Ilustração 3 - Base produtiva de Albufeira

Esta área que o actual PDM já classifica, ou como zona de comércio, indústria e serviços ou de expansão para esse fim, deverá ser preparada para cumprir eficazmente funções de armazenagem e distribuição, de inúmeros bens e recursos, nomeadamente os alimentares, de desgaste ou energéticos. Deve igualmente posicionar-se para acolher novas formas de procura e unidades que usem maiores factores de inovação. A consolidação desta plataforma logística revela-se vital na prestação de serviços a toda a região, dada a localização já evidenciada, mas sobretudo por estar junto da faixa turística litoral.

A actividade extractiva não é uma actividade nova em Albufeira. Leal (1873) referia o fabrico de “*muito bom tijolo e telha*” que eram comercializados na região e no Alentejo, enquanto Pereira de Sousa (1919) relevava a “*magnífica pedra de cantaria da Malhada Velha*” e a “*cal do Escarpão*”. Com a implementação do Plano de Pormenor do Escarpão que compreende o mais importante núcleo de pedreiras de calcário da região, ora em elaboração, acredita-se que existem excelentes condições para o desenvolvimento das actividades extractivas, seja no cimentar de uma posição destacada que possui já nesta matéria em termos regionais, seja no desenvolvimento de um conjunto de actividades industriais baseada na fileira da pedra. Entre estas, mostra-se de primordial importância a centralização, neste núcleo, de centrais de reciclagem de resíduos de construção e demolição, que se pretende galvanizar, maximizando economicamente um caminho de reabilitação urbana que tenderá a ser seguido na região (dada a idade do edificado e o crescente desajuste estético e funcional deste) devido aos actuais padrões de procura turística. Este factor associado à centralidade regional e à oportunidade prospectiva de estabelecer-se uma ligação ferroviária deste núcleo com a linha do Sul, elevará o potencial económico destas actividades, cobrindo rápida e eficazmente toda a região algarvia, assim como boa parte do Baixo Alentejo. Em consonância com as actividades mencionadas, poderá ganhar expressão a produção energética, previsivelmente no âmbito da energia solar e, noutras localizações, da energia eólica.

As actividades primárias, num regresso às origens, deverão constituir-se como a cabeça do corpo produtivo local. Destas relevam-se a hortifruticultura e a pesca, ambas com elevados potenciais de afirmação e crescimento regional. Dever-se-ão estreitar os laços que as unem com as actividades turísticas, devendo direccionar-se a produção, numa primeira instância, especificamente para esse mercado e para os seus principais consumidores, unidades hoteleiras e restauração. Talvez as favas e ervilhas, que outrora deliciavam lisboetas (Cavaco, 1976), possam hoje alimentar todo um mercado turístico que desagua em Albufeira. Para aproximar estes sectores, aparentemente tão próximos (os turistas tem de comer!), mas na realidade tão distantes, há que enveredar por caminhos de sedução que abracem processos de certificação de produtos, trabalho cooperativo, agilização dos processos de comercialização e distribuição dos mesmos. Na verdade, Albufeira poderia voltar a dar cartas neste sector, onde durante séculos usou as suas vantagens locativas. Durante a presença árabe no comércio com o Norte de África, na idade média com Castela, durante o século XX com toda a região algarvia e com os mercados de Lisboa, que fornecia com produtos hortícolas e frutícolas frescos, mas também na centralização de um importante entreposto de armazenagem e distribuição de frutos secos, nomeadamente o figo, que de Albufeira era exportado para inúmeros países da Europa, Brasil, Estados Unidos da América e Canadá. O obstáculo situa-se uma vez mais na palavra-chave, cooperação, que o quadro cultural regional não consegue promover e, até, parece desincentivar. Ainda nas actividades primárias, há que criar condições para o desenvolvimento do subsector da floricultura, já amplamente presente na economia local, nomeadamente na freguesia rural de Paderne em pleno Barrocal algarvio, cuja produção é maioritariamente exportada para os países do centro e Norte da Europa.

De igual forma e com vista a cimentar o posicionamento dianteiro deste concelho, devem ser estimuladas com algum empenho, actividades relacionadas com as indústrias criativas e artísticas, procurando agilizar as dinâmicas do associativismo local que se expressa em Albufeira com significativa relevância.

Crê-se que em todos os sectores mencionados existem condições para reforçar Albufeira como centro polarizador de emprego, contribuindo igualmente para a diversificação da base produtiva local, para a diminuição da dependência das actividades turísticas, que continuarão a dominar, e para estímulo de potencialidades adormecidas em termos económicos (cujos filões estão lá mas não devidamente explorados).

Na frente turística o potencial é por demais conhecido. A beleza natural cativou desde sempre os turistas. Desde a rainha D. Amélia e o príncipe D. Carlos em 1900, à chegada do comboio à região com banhistas de Lisboa e Alentejo, até à abertura do aeroporto internacional de Faro em 1962 que abriu as portas da região ao mundo, tendo desde logo cativado o mercado britânico. Nas praias de Albufeira os turistas encontravam simbioses de formas (praias alongadas com areal a perder de vista, como na Falésia, Rocha Baixinha e Salgados ou praias encaixadas nas falésias como São Rafael, Coelha ou Castelo) e uma paleta de cores, forte, mas harmoniosa (azul do mar, dourado do areal, *brique* das falésias e o verde da vegetação envolvente) que deliciavam e continuam a deliciar quem as visita. Este é indubitavelmente um elemento distinto deste concelho que, urge cuidar e enaltecer.

Na actividade turística há que inovar nos produtos e nos serviços. Ter mais, só, não chega, há que ter diferente. É na procura da diversificação e complementaridade dos produtos turísticos locais e regionais que deverá assentar a distinção de Albufeira. Contudo, no quadro regional, o facto de possuir a maior capacidade hoteleira não pode de todo ser desprezada, constituindo uma vantagem comparativa enorme no âmbito de uma região, quase, mono especializada no sector turístico. Dever-se-á imprimir uma dimensão cultural, em sentido lato, cujos equipamentos agora propostos virão consolidar de forma evidente, nomeadamente o Museu do Barrocal em Paderne, o Museu do Turismo e o Auditório Algarve em Albufeira. Todos eles deterão escala e

impacte regional, podendo agregar factores de inovação importantes na solidificação do destino e na vivência da população residente. Outra frente que se encontra em desenvolvimento perfila-se no centro de estágios de alta competição associado à pista das Açoteias, cujo projecto valorizará sobremaneira a região neste tipo de produtos. Para breve perspectiva-se a existência de um parque de feiras e exposições que, a par de iniciativas privadas como a conclusão do centro de congressos nos Salgados e a anunciada remodelação da praça de touros de Albufeira, possam colocar ao serviço da região um conjunto de equipamentos que permita acolher eventos de largo espectro, até hoje inviáveis neste concelho. Estas duas últimas referências visam promover a procura de Albufeira fora da época alta, combatendo-se assim a sazonalidade que caracteriza os destinos turísticos assentes no produto sol e praia.

Por último, em termos demográficos o potencial instalado, motivado pela dinâmica dos indicadores de crescimento natural e pelo aumento e atracção de população residente, deverá servir para reclamar a resolução de um dos principais problemas que mina a gestão urbana do concelho de Albufeira, encabeçado por uma política regional desatenta, para não dizer cega, face às reais dinâmicas evidenciadas. Este problema prende-se com a necessidade de serem desenvolvidos equipamentos e infra-estruturas com capacidade para servir uma população abstracta, anónima mas continuada e presente durante a denominada época alta (quase metade do ano) que chega a atingir variações na ordem dos 800 % a 1000 % conforme sinalizou o estudo de avaliação do PROTAL (CCR Algarve, 2000). Por tal motivo há que pensar Albufeira como uma cidade de maior dimensão, cujas infra-estruturas deverão ser projectadas não só em função da população residente, mas também em função da necessária capacidade de resposta ao turismo que gera. Com esta visão contraria-se frontalmente a postura da administração que tem defendido a tese do sobredimensionamento dos equipamentos existentes para um período de época baixa, quando o que deverá presidir a esta questão é precisamente o inverso, o subdimensionamento dos mesmos em época alta. A visão redutora incompatibiliza-se claramente com os desígnios de um destino turístico consolidado e com a projecção que Albufeira detém no panorama regional. Esta questão é premente, sobretudo ao nível dos equipamentos de saúde, área em que as suas vantagens locativas poderiam ser utilizadas. Porém a cultura institucional da região aliada a uma administração movida por desígnios políticos, tradicionalmente pouco clarividentes, tem desprezado esta característica impar, que lhe seria altamente benéfica.

Os fluxos catalisados por Albufeira não são apenas turísticos. Os movimentos pendulares acima mencionados traduzem igualmente sobrecarga de serviços e equipamentos, nomeadamente os escolares. Consciente desta realidade o concelho previu na sua Carta Educativa a resposta a uma procura efectiva de 110 % para os níveis de ensino pré-escolar e básico do 1.º ciclo. Dará assim cobertura aos descendentes dos indivíduos provenientes dos concelhos limítrofes, que diariamente se deslocam para Albufeira por motivos profissionais. A conjugação de todas as medidas e projectos referidos dará escala em potência, à posição estratégica de Albufeira e no seu contributo para a constituição da região urbana policêntrica algarvia.

Reitera-se que apesar do esforço de retraimento a que Albufeira foi submetida nos instrumentos de gestão do território regional, esta tem prosperado e conseguido firmar-se na região, graças ao conjunto de vantagens comparativas acima expressas e que a potenciam como um dos seus nós mais dinâmicos. No entanto um ataque tão declarado, aparentemente intencional e continuado por parte da administração, espelhado, por exemplo, na revisão do PROTAL, tenderá a traduzir-se em desinvestimento e esvaziamento gradual do natural e inequívoco potencial deste concelho. O que move tal afronta parece prender-se com o facto de Albufeira querer, e conseguir apesar de tudo, firmar-se em sectores que não apenas o turismo, podendo daí cimentar um posicionamento regional incomodativo, talvez, para os nós que já detêm ou querem promover essas funções. Mesmo não sendo eficazes na geração de efeitos multiplicadores para a região, são, no entanto, apadrinhados pela administração.

Não devemos esquecer, porém, que toda e qualquer proposta formulada para Albufeira passará, inevitavelmente, pela apreciação e crivo daqueles que institucional e politicamente a remeteram para uma posição subalternizada na região algarvia. No âmbito do processo de revisão do PDM de Albufeira adivinham-se negociações conturbadas, pautadas por uma atitude tecnocrática da parte dum entidade, institucional ou pessoal, que agiu até hoje com viseiras e com lupa invertida em relação a este Município. Albufeira deverá provar com dinamismo, pró-actividade e racionalidade, a proposição de um plano que consagre a sua importância regional e as suas vantagens comparativas, afirmando-as no quadro dum região urbana policêntrica em que deve, e quer, participar de forma activa, cooperante e dinâmica.

Marcar uma posição regional pressupõe definir o quadro estratégico e orientador que, localmente, ponha ao serviço do território concelhio as dinâmicas e oportunidades por ele geradas. Só uma base sólida e um pleno comando da acção concertada dessas oportunidades poderá elevar o papel determinante de Albufeira e o seu acolhimento efectivo no quadro territorial mais vasto, o regional.

Em altura de crise, como na actual, desperdiçar os potenciais instalados é comprometer o quadro de competitividade regional que se pretende alcançar. Aliás, a crise poderá constituir um bom motivo para repensar o modelo regional de desenvolvimento, ao nível da organização do sistema urbano, mas também do sistema produtivo. O modelo e visão exarada no PROTAL emanam de um cenário pré crise, sendo actualmente totalmente descabidos e despropositados. Há que poupar e reorientar investimentos nas escolhas certas, mais vantajosas para a região em termos policêntricos.

Reclamar um posicionamento para Albufeira pressupõe que esta conheça o rumo que quer seguir. Deverá desenvolver criteriosamente uma estratégia de desenvolvimento local que informe sustentadamente a revisão do PDM. Esta deverá procurar, apesar das limitações e bloqueios, encontrar o posicionamento na região, nomeadamente na promoção de uma estratégia e um modelo territorial coerente, funcional e eficaz, identificando grandes projectos e investimentos que a elevem no quadro regional. Este instrumento deverá dar expressão territorial aos potenciais de afirmação de Albufeira enquanto importante pólo económico, turístico/lazer e de emprego, contrariando assim as derrotas pesadas que tem sofrido na “secretaria”, em detrimento do bom desempenho que regista na realidade.

O que se pretende evidenciar, no essencial, é que as potencialidades de Albufeira colocadas ao serviço da região e a constituição de um verdadeiro policentrismo serão favoráveis à região e em particular para os pólos de Faro e Portimão, que beneficiarão do dinamismo e conectividade susceptíveis de alavancar efeitos multiplicadores, para todos, de forma recíproca. O desenvolvimento integrado de Albufeira realiza-se, portanto, não em detrimento desses pólos mas sim de forma contribuinte para os seus respectivos desenvolvimentos e para a projecção do Algarve, como região urbana policêntrica, no quadro competitivo das regiões europeias.

Por fim, ficam no ar, uma vez mais e passados 40 anos, as questões (lamentavelmente actuais) levantadas por Cavaco (1969) no artigo sobre os aspectos, então contemporâneos, do turismo algarvio: *“Albufeira projectou-se no país e no mundo, mas não na região. Não será altura de tentar harmonizar as suas funções internacionais e regionais, formar a juventude, equilibrar os equipamentos comerciais e de serviços, em especial os de saúde e assegurar um papel de centro funcional entre as duas principais cidades algarvias, Faro e Portimão?”*.

4. Bibliografia

Brito S P (2009) *Território e Turismo no Algarve*. Edições Colibri, Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, Lisboa.

Cavaco C (1969) Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos Contemporâneos. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. IV-8, Lisboa: 216-272.

Cavaco C (1976) *O Algarve Oriental, As vilas, o Campo e o Mar* (2 volumes). Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro.

CCR Algarve (1990) *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Relatório*. Barreiros A B (Coord.). MPAT, CCR Algarve.

CCR Algarve (2000) *Estudo de Avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (1989/96). Relatório Final*. CEDRU, Simões J M (Coord.). CCR Algarve, Faro.

Guerreiro J (2002) O ordenamento do Algarve: um cerimonial simultaneamente solene e volúvel!. *Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, Setembro 2002. Dossier: Planos Regionais de Ordenamento do Território, 78-88.

Leal A (1873) *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de Aldeias*. Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, Lisboa.

MAOTDR, CCDR Algarve (2004) *PROT Algarve. Um Território com Futuro. Volume II. Relatórios Sectoriais Complementares. Anexos*. (Fevereiro 2004). MAOTDR, CCDR Algarve, Faro.

MAOTDR, CCDR Algarve (2005a) *PROT Algarve. Proposta de Plano. Volume I*. (Dezembro 2005). MAOTDR, CCDR Algarve, Faro.

MAOTDR, CCDR Algarve (2005b) *PROT Algarve. Proposta de Plano. Programa de Execução e Financiamento*. (Dezembro 2005). MAOTDR, CCDR Algarve, Faro.

MAOTDR, CCDR Algarve (2007a) *PROT Algarve. Um Território com Futuro. Volume I + Anexos*. MAOTDR, CCDR Algarve, Faro.

MAOTDR, CCDR Algarve (2007b) *PROT Algarve. Um Território com Futuro. Volume III. Elementos Complementares*. MAOTDR, CCDR Algarve, Faro.

MCOTA, DRAOT Algarve (2002) *Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Processo de Revisão. Relatório Preliminar de Caracterização e Diagnóstico* (Dezembro 2002). MCOTA, DRAOT Algarve, Faro.

Pereira de Sousa F L (1919) *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e Um Estudo Demográfico*. Volume 1, Distritos de Faro, Beja e Évora. Tipografia do Comércio, Lisboa.

Simões J M (2003) PROTAL: Lições de experiência de um instrumento e de um processo pioneiro. *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. n.º 36 – Algarve em vários Planos. Edições Afrontamento, Porto: 80-88.